

Comissão vai debater manutenção e acessibilidade das calçadas

Assunto:

AUDIÊNCIA PÚBLICA



Lei prevê responsabilidade do poder público e entes privados pela construção e manutenção de calçadas acessíveis

A cada dia, cresce a cobrança e a fiscalização dos órgãos competentes em relação à acessibilidade de edificações públicas e privadas aos cidadãos com deficiência. Entretanto, como alcançar esses prédios e equipamentos se as vias que levam a elas não são acessíveis? Com a finalidade de debater os direitos e responsabilidades referentes à manutenção e à acessibilidade nos passeios de BH, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor realizará audiência pública na próxima terça-feira (27/10), às 13h30 no Plenário Helvécio Arantes. Requerido pelo presidente da comissão, vereador Leonardo Mattos (PV), o encontro é aberto à participação de qualquer cidadão interessado.

De acordo com Mattos, que é cadeirante, as políticas públicas de acessibilidade devem trabalhar simultaneamente nestas duas vias, a da edificação e a do urbano. Partindo dessa constatação, a audiência pública tem a finalidade de discutir a viabilidade da construção de uma cidade cada vez mais acessível, abordando o direito de todos e a responsabilidade de cada um na produção e manutenção de calçadas acessíveis. ?Encontrar soluções, na prática, para o problema da falta de caminhabilidade segura de nossas calçadas é um grande desafio a que a cidade está sujeita?, afirma o parlamentar.

Entre os temas a serem debatidos na audiência, Mattos incluiu a verificação sobre o andamento dos trabalhos previstos no art. 2º das Disposições Transitórias do Decreto 14.060/10, que regulamenta o Código de Posturas do Município no que se refere aos passeios públicos da cidade; programas e ações desenvolvidos atualmente pelo poder público para garantir acessibilidade nos passeios públicos; fiscalização da construção e manutenção de passeios, especialmente na questão da acessibilidade; realização de obras pelo poder público quando o proprietário não cumpre essa obrigação; disponibilidade de assessoramento técnico da PBH para auxiliar os proprietários na execução dos passeios; eficácia da

cartilha contida no site da PBH; e a viabilidade da transferência da responsabilidade de construção e manutenção dos passeios para o poder público, conforme recomendação da Conferência Municipal de Política Urbana de 2014.

Convidados

Para debater a questão, que impacta diretamente a qualidade de vida de moradores e visitantes da capital mineira, especialmente as pessoas com deficiência, foram convidados o secretário municipal de Governo, Vitor Mário Valverde; o defensor público do Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência, Estevão Machado de Assis Carvalho; a promotora de Justiça dos Direitos das Pessoas com Deficiência de BH, Laís Maria Costa Silveira; a coordenadora Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, Maria Cristina Abreu Domingos Reis; a secretária executiva do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, Maria Celeste Pinto; a presidente da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB-MG, Ana Lucia de Oliveira; e a conselheira estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Kátia Ferraz Ferreira.

Também são aguardados os presidentes dos conselhos de Arquitetura e Urbanismo e de Engenharia e Agronomia de MG, Vera Maria Carneiro de Araújo e Jobson Nogueira de Andrade; a arquiteta e moradora do Bairro Funcionários, Maria Josefina Vasconcellos Maia; o gestor público e morador do Bairro Santa Rosa, Luís Felipe Guerino; o coordenador do Sistema de Indicadores da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte (SISMOB) da BHTrans, Marcos Fontoura de Oliveira; e o professor da Escola de Arquitetura da UFMG, Marcelo Pinto Guimarães.

A audiência é aberta à participação de qualquer cidadão interessado ou pode ser acompanhada pela TV Câmara de BH, pelo canal 61.4 da TV Digital ou aqui pelo portal da Casa.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Sexta-Feira, 23 Outubro, 2015 - 00:00
